



O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Débora Ruschel

Aline de Lima Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo: Sabe-se que, atualmente, a inclusão é uma das questões centrais nas discussões sociais, acadêmicas e políticas e reconhece-se a relevância do papel exercido pelo professor para alcançar as mudanças esperadas nesse processo de ensino inclusivo e, por isso precisa ser qualificado e capacitado para saber lidar com os diferentes grupos de alunos. Muitas são as legislações que regem a questão da educação e a inclusão, no seu sentido amplo, mas a dificuldade está em fazer com que toda a engrenagem funcione sistematicamente e que os objetos do ensino-aprendizagem sejam alcançados. O objetivo principal do trabalho foi identificar os desafios e as potencialidades do professor de Geografia na prática da educação inclusiva na Educação Básica. Como objetivos específicos, destacaram-se: a) analisar a prática da educação inclusiva no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras; b) compreender a inserção das práticas de educação inclusiva na Base Nacional Comum Curricular e nos currículos de Geografia para a Educação Básica; c) investigar a prática do professor de Geografia no desenvolvimento e na aplicação da educação inclusiva no cotidiano escolar. Na pesquisa, foi utilizada a metodologia de cunho qualitativo, onde o pesquisador buscou informações e dados bibliográficos, artigos, e documentos relacionados ao tema de pesquisa, e também, de uma abordagem qualitativa, em que se recorreu a entrevistas que foram propostas a professoras de Geografia e a uma profissional de Atendimento Educacional Especializado – AEE, que atuam em escolas da Educação Básica do município de Cerro Largo/RS. Conclui-se que é uma temática desafiadora e cada vez mais emergente. Percebeu-se a necessidade de uma melhor compreensão do que é, efetivamente, um processo de inclusão escolar. Entendemos que todos os estudantes têm condições de aprender, mas precisamos conhecer e respeitar tempos, ritmos e formas de aprendizagem e as especificidades de cada indivíduo. Nesse sentido, enfatiza-se a importância de uma formação continuada que conscientize gestores, docentes e demais profissionais da educação.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Educação Inclusiva; Formação docente.

Introdução

A temática que foi abordada neste trabalho tem como inspiração inicial os desafios do docente de Geografia na prática da educação inclusiva e o desenvolvimento de ações que visem um aprendizado de qualidade para os alunos, assunto imprescindível para analisar as práticas de docência, e como essas situações estão sendo abordadas na Educação Básica.



Há um avanço na legislação brasileira na questão da inclusão educacional, pelo menos no campo da teoria, mas, na prática, está um pouco longe de ser o ideal. Para tanto, realizou-se uma análise das políticas públicas educacionais e o que compreende toda a legislação disponível para a educação inclusiva.

A lei mais antiga é de 1961, nº 4024, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a qual fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais” (atualmente, esse termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência). Ou seja, a preocupação com a educação inclusiva dizia respeito somente a pessoas com deficiências físicas e mentais.

Em 1988, a Constituição Federal passa a respaldar os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República à cidadania e à dignidade da pessoa humana (Art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (Art. 5º) e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em todos esses anos, foram criadas muitas leis, decretos, resoluções, todas com um objetivo que é diminuir as diferenças na educação e na sociedade e, de fato, realizar a inclusão.

Nesse contexto, o papel do docente de Geografia em sala de aula é de participar da formação do aluno, potencializando o processo de ensino-aprendizagem, para que seus estudantes desenvolvam seu senso crítico, a fim de tornarem-se indivíduos pensantes e atuantes na sociedade.

A disciplina de Geografia por si só contribui com a inclusão como um instrumento que possibilita compreender a realidade, tão essencial na educação inclusiva, voltada para todos os alunos que são excluídos do processo de ensino-aprendizagem por inúmeros e diversos fatores, em decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos.

A partir da discussão realizada, o objetivo principal do trabalho foi identificar os desafios e as potencialidades do professor de Geografia na prática da educação inclusiva na Educação Básica. Como objetivos específicos, destacaram-se: a) analisar a prática da educação



inclusiva no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras; b) compreender a inserção das práticas de educação inclusiva na Base Nacional Comum Curricular e nos currículos de Geografia para a Educação Básica; c) investigar a prática do professor de Geografia no desenvolvimento e na aplicação da educação inclusiva no cotidiano escolar.

Educação Inclusiva: conceitos e temas

O presente trabalho tem como pesquisa e referencial alguns autores que analisam a questão da atividade docente como protagonista de uma educação de qualidade, aliada à comunidade escolar, com ênfase no ensino de Geografia e a educação inclusiva que, segundo a etimologia da palavra inclusão, está relacionada ao ato ou efeito de incluir. Na sequência, analisa-se também, a legislação pertinente à educação inclusiva no Brasil e as questões norteadoras como, por exemplo, a BNCC.

Educação Inclusiva: definição e abordagens

A educação inclusiva é compreendida pela igualdade de acesso e permanência em uma educação de qualidade, sem restrições devido às condições sociais, raças, culturas e individualidades dos escolares. As instituições devem acolher os alunos e adaptar-se de acordo com as particularidades destes, para que assim consigam atender às suas necessidades (UNESCO, 1994).

Abordar o tema da educação inclusiva no espaço escolar sempre é um convite e um exercício para ampliar a flexibilidade mental e os horizontes paradigmáticos.

É preciso falar da inclusão escolar, não como processo em si mesmo, mas pelos processos históricos, políticos, sociais e pedagógicos que permeiam a inclusão no espaço escolar, ainda marcados pela desigualdade e exclusão. De modo mais acentuado, sofreram ou sofrem este processo excludente, aqueles que apresentam alguma peculiaridade específica em seu desenvolvimento. Mesmo que a legislação vise assegurar o direito e o acesso de todos à educação básica, na prática, isso não acontece sempre.

Incluir é um princípio que se traduz em uma atitude, em uma postura que acolhe, que reconhece e legitima a singularidade de cada sujeito no processo. Algo que não está dado ou se efetiva em um ato, em uma atitude ou em uma atividade. Mas, é uma postura, um acontecer



cotidiano que implica dinamismo, acolhida, crença e confiança no outro, não como um estranho, uma ameaça, mas alguém a ser potencializado em suas capacidades, suas diferenças, sendo legitimado e respeitado na convivência.

Para todos esses conceitos existe uma política pública voltada para a inclusão que teve como iniciativa a Constituição Federal de 1988. Pouco tempo depois, na década de 90 em diante, a inclusão de pessoas excluídas dos processos educacionais vem obtendo visibilidade e políticas públicas estão sendo requisitadas, a fim de tornar os sistemas de ensino mais preparados e abertos para atender à diversidade no ambiente escolar.

Na mesma linha de raciocínio, a inclusão no seu sentido mais amplo da definição, está longe de ser resolvida, pois uma sociedade capitalista, automaticamente, já realiza a exclusão e não consegue na sua totalidade a inclusão. São muitas as implicações que dificultam ou até mesmo impossibilitam que os alunos realmente sejam incluídos. Em muitas situações, as escolas não se adaptam a esses educandos, dificultando uma educação de qualidade, fazendo com que continuem realizando práticas de seletividade, classificação e homogeneização.

A relação da Geografia com a inclusão

O docente de Geografia, bem como os demais, tem um papel importante para/na inclusão, pois ele é o agente mediador e transformador, que vai incentivar e colaborar na formação do seu aluno, influenciando em uma educação de qualidade e assegurando-lhe o status de cidadão, que lhe é de direito, e o de refletir sobre o seu conhecimento.

Dessa forma, ser professor de Geografia é desempenhar uma tarefa importante na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento de alunos críticos e comprometidos com a transformação do mundo em que vivem.

É importante parar para refletir sobre a própria atuação em sala de aula, pois os alunos não são iguais nas suas dificuldades, nem mesmo nas suas potencialidades.

Mas ainda existem professores, nesta proposta de estudo, os de Geografia, que ao concluírem a graduação saem sem ter conhecimento algum sobre a inclusão escolar ou com conceitos equivocados a respeito. Assim, professores, em todos os níveis de ensino, ao receberem um aluno de inclusão podem não saber como agir e, por desinformação ou



desinteresse, podem deixar de ser um mediador do conteúdo, para ser mais um elemento contraditório dentro da escola.

Percebe-se que somente com um conjunto de resoluções a sociedade e a educação se tornarão inclusivas, pois depende de professores capacitados, formação contínua, recursos pedagógicos disponíveis, currículos adaptados, legislação ou políticas públicas que devem ser efetivamente cumpridas e observadas, e a permanência na assistência de alunos inclusivos. Essa adequação deve ser realizada culturalmente nas políticas experienciadas nas escolas, para que atendam à diversidade dos alunos.

BNCC e a inclusão na disciplina de Geografia

Depois de analisar as políticas públicas e como a inclusão está sendo debatida e assistida na sociedade e na escola, eis que, em 20 de setembro de 2017, é aprovada/promulgada uma proposta do Ministério da Educação, a Base Nacional Comum Curricular, que é o novo parâmetro de orientação dos currículos de todas as etapas da Educação Básica. A BNCC torna-se uma referência obrigatória que guiará os sistemas educacionais na construção das propostas curriculares e influenciará o processo de formação dos professores.

Alguns trechos da Base Nacional Comum Curricular, que abordam sobre a educação inclusiva e também sobre a educação especial, potencializam uma perspectiva de igualdade e equidade, em que se desenvolva currículos que visem atitudes de respeito e consideração frente às diferenças individuais, referentes à diversidade étnico-cultural e também à inclusão de alunos da educação especial, alcançando a superação das desigualdades.

Percebemos alguns aspectos relacionados à educação como um direito de todos, pensando sobre a relevância dos sujeitos se sentirem incluídos e pertencentes ao processo de ensino e aprendizagem. Destacamos que o trecho acima contempla a vasta importância de um olhar sensível e atento para as práticas pedagógicas e para os discentes, visando a igualdade no ingresso, permanência na escola, e o direito de aprender apesar das singularidades de cada indivíduo.

A BNCC destaca a importância do compromisso do professor diante da diversidade no campo educacional. O docente deve ter foco e comprometimento no planejamento de práticas



pedagógicas, alinhando-as para alcançar a equidade diante da diversidade social e educacional apresentada, considerando as demandas pedagógicas dos alunos com deficiência.

É fundamental enfatizar que documentos de referência não podem ou não deveriam eliminar a autonomia do professor em questionar a realidade, estabelecer temáticas de estudo ou diretrizes para o processo pedagógico. Mas, principalmente, na Geografia, vai depender de como o sistema de ensino, a escola e como o professor vai inserir na sala de aula os documentos curriculares de referência, mediante suas concepções e formações.

A inclusão no dia a dia deve ser bem pensada e elaborada para promover a equidade e não só a igualdade. Alguns aspectos importantes que podem contribuir para a inclusão na escola é o professor observar as necessidades de cada aluno, promover debates sobre a inclusão social e assim fazer com que o preconceito seja combatido e as diferenças de cada indivíduo sejam respeitadas, fazer avaliações individuais com os alunos, investir na tecnologia quando possível, e outras tantas alternativas e percepções que devem ser vistas para que a inclusão não se torne exclusão.

O caminho a trilhar ainda é longo e lento, a educação inclusiva e a disciplina de Geografia trazem uma importância para a sociedade, mas devem ter as condições necessárias para juntas amenizarem as situações decorrentes da falta de inclusão, ou ainda da exclusão. Muitas normativas, leis, decretos são lançados de tempos em tempos, mas deve-se atentar para o real objetivo e interesse de cada documento.

Caminhos metodológicos da pesquisa

O presente trabalho caracterizou-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, onde o pesquisador buscou informações, dados bibliográficos, artigos e documentos relacionados ao tema da pesquisa.

Primeiramente, dedicou-se à leitura e estudo sobre a temática da pesquisa “inclusão e o ensino de Geografia” em produções bibliográficas específicas e, sobretudo, na legislação para se compreender o significado e a amplitude do termo educação inclusiva.

Na investigação, optou-se por uma entrevista que ocorreu de forma presencial com cada uma das entrevistadas, dentre o período de 28 de setembro de 2022, até o dia 15 de outubro de 2022, em que o público-alvo foram cinco professoras de Geografia do Município de Cerro



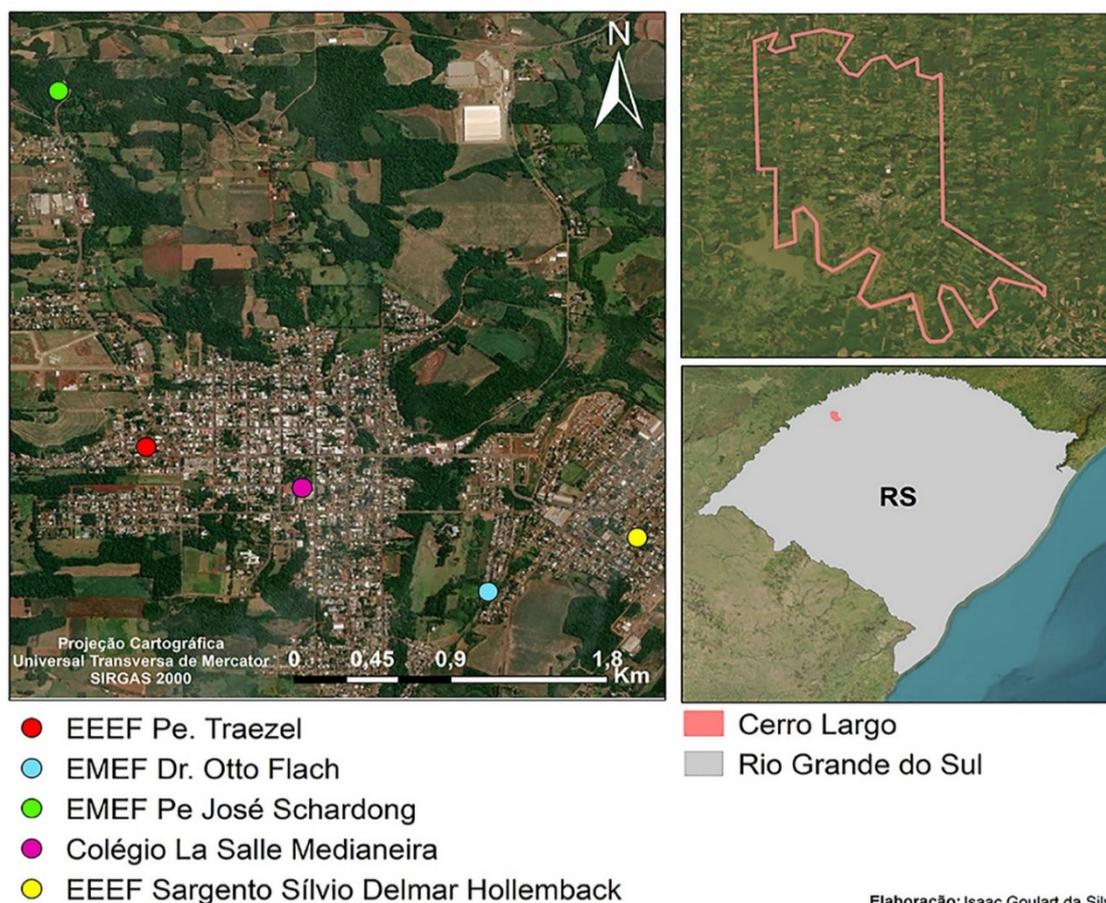
Largo/RS, e a profissional de AEE. As profissionais foram escolhidas por fazerem parte do meio escolar e possuírem a experiência de atuarem em sala de aula. A pesquisadora e as entrevistadas puderam interagir e responder as perguntas com uma certa flexibilidade, de acordo com os questionamentos e apontamentos feitos para entender como investigar a prática do professor de Geografia no desenvolvimento e na aplicação da educação inclusiva no cotidiano escolar, podendo construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado.

Experiências docentes em Geografia e a inclusão

A primeira parte deste capítulo apresenta a compreensão das professoras de Geografia entrevistadas na pesquisa. As questões das entrevistas tiveram o intuito de investigar a prática do professor de Geografia no desenvolvimento e na aplicação da educação inclusiva no cotidiano escolar. As profissionais que aceitaram participar atuam como docentes em escolas estaduais, municipais e rede privada, todas as escolas localizadas no Município de Cerro Largo/RS, o qual foi fundado na data 04 de outubro de 1902 e, de acordo com dados do último censo do IBGE em 2010, possui uma área territorial de 176.64 km², sendo que a população do município é de 14.243 (atualizada em 2021) habitantes, com uma densidade demográfica de 74,79 hab/km², localizando-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), na região fisiográfica das Missões.



LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CERRO LARGO - RS



A experiência das professoras na educação básica fica em torno de 10 a 15 anos e todas possuem graduação em Geografia.

Na investigação, optou-se por uma entrevista que ocorreu de forma presencial com cada uma das entrevistadas, dentre o período de 28 de setembro de 2022, até o dia 15 de outubro de 2022, em que o público-alvo foram cinco professoras de Geografia do Município de Cerro Largo/RS, e a profissional de AEE. As profissionais foram escolhidas por fazerem parte do meio escolar e possuírem a experiência de atuarem em sala de aula.

Na finalização das entrevistas, todas as professoras de Geografia deram seus pareceres sobre os desafios da inclusão em sala de aula e as respostas foram as mais diversas, que serão contempladas na análise geral a seguir.



Algumas professoras sinalizam que o tempo de planejamento deveria ser maior, para pensar a organização da aula e encontrar materiais que pudessem ajudar os alunos na compreensão dos conceitos. Outros desafios que foram citados, são os conflitos dentro da sala de aula, os professores precisam constantemente gerenciar situações e, às vezes, não é possível dar tanta atenção para esses alunos. Nesse ponto, reforçam o papel das monitoras, quando as escolas possuem, para auxiliar os professores, o que nem sempre é possível.

Outro fator importante que foi ressaltado é a necessidade de a inclusão acontecer desde os anos iniciais, pois, desde pequenos, o acolhimento ao longo dos anos escolares vai se tornando muito natural e facilita bastante o trabalho do professor.

Nesse contexto, surge novamente a problemática que envolve a escola pública, na qual, infelizmente, é difícil obter o apoio material e humano necessário para dar o atendimento adequado a esse público. Dadas essas condições, outro desafio é que o material humano seja qualificado e comprometido com a efetiva inclusão.

Além disso, como já mencionado neste trabalho de pesquisa, persiste a importância da capacitação de docentes, das formações específicas, e do apoio constante para os professores alcançarem todas as demandas que chegam à sala de aula, sobretudo, a inclusão, são fundamentais. Cabe ressaltar também, a necessidade da legislação garantir de forma efetiva a acessibilidade dos anos na e para a escola.

Somados a todas as dificuldades das práticas inclusivas na escola, têm-se todos os demais problemas enfrentados pelas escolas no seu cotidiano. A escola é um sistema vivo em que suas partes constituintes se conectam diretamente e para que funcionem de forma adequada, contemplando o conjunto dos seus alunos, é preciso que todos estejam em sintonia.

Experiências e percepções da profissional de AEE

Foram elaboradas questões para a profissional de AEE que atua em uma escola de educação básica, e a sua participação foi muito importante para demonstrar certos aspectos específicos de como o AEE trabalha e sua finalidade no atendimento de alguns alunos.

Para a profissional do AEE, a inclusão e os desafios da inclusão nas escolas vão muito além dos recursos e das avaliações, pois embora seja um direito do aluno frequentar a escola regular, isso nem sempre ocorre da melhor forma e nem todas as escolas possuem o profissional



AEE, o que auxiliaria de forma bastante considerável o atendimento ao aluno com deficiência, garantindo a sua autonomia e o pleno desenvolvimento.

Quando existe um atendimento presencial válido dentro de uma instituição de ensino, a diferença é notável, tanto para um acompanhamento ao aluno, para suporte da família e professores, e, até mesmo, de colegas em sala de aula. Esse respaldo é importante para diminuir as diferenças e minimizar as situações que muitas vezes não tem a compreensão necessária.

O trabalho do AEE é muito especial, e cada vez mais se percebe que o público para ser atendido só aumenta. Isso pode ser explicado pelas dificuldades ainda maiores de diagnósticos e laudos para alunos com deficiências diversas no período anterior à aprovação de leis que passaram a garantir o acesso e a permanência destes alunos na escola regular. A partir de então, existe maior orientação, sobretudo, pelos profissionais da educação, para identificar alunos que precisam de determinados atendimentos especializados e/ou individualizados.

O que reforça a necessidade de conhecimento, informação, estudo, pesquisa sobre a inclusão e a educação inclusiva, para que escolas, famílias, governantes, pesquisadores, possam contribuir para garantir uma formação escolar adequada aos alunos que necessitam ser incluídos, seja por patologias físicas, cognitivas ou sociais.

Considerações finais

Ao finalizarmos este trabalho, percebeu-se que o tema se torna inesgotável e sua importância reafirmada nas falas das professoras entrevistadas, de que devemos ampliar a discussão sobre formação e atuação do professor de Geografia na educação inclusiva. Os desafios para a consolidação da educação inclusiva são inúmeros, mas vencer tais obstáculos é a garantia de que crianças e adolescentes encontrarão na escola um espaço não só de acolhimento, mas também de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e competências.

A inclusão não é um fim em si mesmo, nem um estado que se alcança de uma vez, tampouco a mera convivência de crianças com e sem necessidades educacionais especiais. A inclusão é um processo social que se renova continuamente na construção e na reconstrução das relações inclusivas. É um compromisso de criar mecanismos institucionais para garantir a aprendizagem de todas as crianças como um direito inalienável. É assegurar que todas as



crianças tenham o espaço de participar e conviver com as atividades sociais e educacionais de seus pares.

A proposição de uma escola para todos é, sem dúvida, um considerável avanço no que se refere à afirmação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes previstos na Constituição Federal. Garantir o acesso ao ensino regular de minorias historicamente excluídas das classes comuns é uma real evidência de democratização do espaço escolar, da efetivação do princípio da igualdade formal.

Cabe ao professor de Geografia a função de potencializar seus estudantes, utilizando todas as formas diversas de expressões para atingi-los. É preciso entender como esses alunos pensam e se sentem em relação à escola e ao espaço em que vivem. O professor pode colaborar nesse processo criando vínculos de afeto que os ajudem a desenvolver, a aprender e a sobreviver de forma prazerosa na escola.

Nessa conjuntura, é fundamental uma formação inicial e continuada aos docentes de Geografia, para que possam desenvolver um pensar na formação docente que conduza à construção de um profissional crítico, reflexivo, questionador das suas próprias condições de trabalho, capaz de auto avaliar a sua prática e o currículo escolar, de transformar seu cotidiano e de se posicionar como um ser pensante e atuante.

Percebeu-se, pela fala das entrevistadas, que há muito o que aprender, e este aprender só será efetivado de forma coletiva, com a escola, a família e a sociedade/Estado. A exclusão ainda faz parte da sociedade, e enquanto não forem assumidas posturas realmente inclusivas e respeitadas, a luta continuará, a passos lentos.

Uma das perguntas que surgiu é como garantir uma aula de Geografia acessível a todos com vistas a construir uma escola inclusiva, e como investir em condições na participação de todos os membros da comunidade escolar, sejam eles: surdos, os gordos, cegos ou baixos, negros ou brancos, deficientes mentais ou muito altos, paraplégicos ou hiperativos, superdotados ou de pés descalços, muito ricos ou com anorexia. A resposta é lutar para que todos tenham a oportunidade de um aprendizado, respeitando as suas potencialidades e habilidades.



Referências

DUTRA, C. P.; GRIBOSKI, C. M. Gestão para inclusão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n.26, 2005.

SANCHES, I. Do 'aprender para fazer' ao 'aprender fazendo': as práticas de educação inclusiva na escola. **Revista Lusófona de Educação**, v.19, p.135-156. 2011.

CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 out. 2022.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

KAERCHER, N. A. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

KARAGIANNIS, A. *et al.* Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1989. p. 21-34.

CASTELLAR, S. (org.). **Educação geográfica, teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005.

MANTOAN, M. T. E. Ensinando à turma todas as diferenças na escola. **Pátio – Revista Pedagógica**. Ano V, n. 20, fev./abr. 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VESENTINI, J. W. **O ensino de Geografia no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1996.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, mar. 2002.



PEREIRA, J. E. D. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ALMEIDA, C. E. M.; BITTAR, M. Universidade: educação especial e o processo de inclusão nos cursos das licenciaturas. **Intermeio: Revista - Programa de Pós-Graduação em Educação – UFMS**, 11(21), p. 86-102, 2005. Acesso em: 26 de jul. de 2022.

RINALDI, R. P.; REALLI, A. M. M. R.; COSTA, M. P. R. Formação de professores e Educação Especial: análise de um processo. In: COSTA, M. P. R. (org.). **Educação Especial: aspectos conceituais e emergentes.** São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 151 – 166.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil. **COMUNICAÇÕES – Caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação**, ano 10, 1, 2003.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino.** Goiânia: Alternativa, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, [2017]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2022.